



Eixo: Políticas de Desenvolvimento de Coleções: Diversidade Cultural, Religiosa, Étnico-racial e Gênero

REPENSANDO AÇÕES ANTIRRACISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS

Erinaldo Dias Valério¹

Alex Lourenço²

Beatriz Nogueira³

1 INTRODUÇÃO

A construção da realidade é fruto das disputas entre os sujeitos que nela vivem. O tom das coisas e o que se caracteriza como bom ou ruim são construídos a partir da materialidade encontrada acima do chão pelo qual as pessoas caminham. Materialidade que constrói sujeitos e é construída pelas obras que estes mesmos fazem nela. Nessa dicotomia, a sociedade é constituída e seus valores são estruturalmente operados e operam seguindo os resultados dos processos entre as lutas dos sujeitos atuantes nela.

Partindo disso, ao fazer considerações acerca do racismo como instância que rege a sociedade, o autor Silvio L. Almeida (2019) investe em dizer sobre uma estrutura racista quando disserta do lugar social em que as pessoas se encontram. Ele expõe que o racismo é um conjunto de elementos que dão às pessoas negras espaços específicos, falas inerentes e características convenientes, sendo

¹ Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ). Professor na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFMG). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC/Campus Cariri).

² Graduando e Pesquisador a nível de Iniciação Científica em Biblioteconomia no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP). Estagiário no Setor de Biblioteca e Registro Parlamentar na Câmara Municipal de Santo André. Aluno bolsista no Programa Unificado de Bolsas da USP no projeto "Biblioteca Digital da Produção Artística (BDPA): instrumento de divulgação e disseminação da produção artística da ECA/USP".

³ Graduanda e Pesquisadora a nível de Iniciação Científica em Biblioteconomia no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP). Aluna bolsista no Programa Unificado de Bolsas da USP no projeto Portal Central Periférica.

uma força sistematizada e sistêmica, ou seja, que sofre e faz ações, de apartamento social, e que tem na raça fator fundamental para separação e segregação de indivíduos.

Ou seja, é a partir da diferença entre as origens raciais e étnicas das pessoas, que elas são caracterizadas, classificadas e lidas socialmente, além de outros fatores sociais. Tais leituras são resultados de processos discriminatórios que por sua vez são oriundos de uma intensa e sistematizada localização social de específicos povos e comunidades, que culminaram na racialização de certos sujeitos e, portanto, na racialização de suas práticas sociais.

Nisso, processos de subalternização foram impostos às pessoas negras, que tiveram, então, suas subjetividades destituídas, corroborando, assim, para discursos e práticas estruturais de desvalorização destes em relação às pessoas brancas, o que criou um afastamento de suas produções dos grandes circuitos artísticos e culturais, sobretudo dos espaços em que produções são organizadas e expostas para consumo e prestígio comumente da elite burguesa, como em museus, arquivos e bibliotecas.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre estratégias de combate ao racismo nas bibliotecas, por meio do desenvolvimento de coleções, consistindo na inserção de materiais que dialoguem positivamente com a história e práticas culturais da população negra brasileira.

1.2 JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade estruturada no racismo. E nas bibliotecas, por não estarem desassociadas da sociedade, o racismo pode se expressar de variadas formas, como por exemplo, na ausência de materiais que contribuam positivamente para construção de identidades negras. Entendemos o desenvolvimento de coleções como uma das funções básicas das bibliotecas e que consiste no planejamento de materiais que farão parte do acervo. Essa etapa deve ser realizada levando em consideração as necessidades informacionais dos sujeitos, pensando nas multiplicidades de corpos, povos, raças, culturas, saberes, subjetividades e demais interseções.

Nessa perspectiva, um acervo constituído de materiais que reforçam e reproduzem preconceitos, discriminações e racismos, pode levar os sujeitos informacionais a desenvolverem práticas de opressão sob corpos historicamente discriminados, como a população negra. Portanto, nos propomos a discutir e a dialogar com o que acreditamos ser importante para uma educação antirracista no campo de estudos da Informação, notadamente, na área da Biblioteconomia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As maneiras de sujeitos sociais vivenciarem o mundo dizem sobre suas experiências e constituição de memória. Reflexões sobre a memória relacionam-se com a história e implicam conceituações cada vez mais colocadas no campo da Ciência da Informação, cujo enfoque e discussão exigem cuidado e atenção. Memória e história, embora relacionadas, possuem conceituações diferentes. Ora, a memória é construída e transferida pelos grupos vivos, estando em evolução permanente, enquanto a história é uma representação do passado, uma operação intelectual que requer análise e discurso crítico (NORA, 1993). Pode-se depreender a história como um processo dialético, pensado no presente pelos grupos que a recorda, e a memória como um passado a ser consultado para também dar sentido ao presente. Torna-se, então, essencial lançar olhar para a dependência entre ambos os conceitos para a compreensão de que memória e história por vezes são organizadas e operantes em função das preocupações pessoais e coletivas de uma sociedade.

A experiência vivida determina a estruturação da memória e a História, enquanto área do conhecimento delimitada, estando por vezes ministrada por grupos hegemônicos, nem sempre registra ou legitima a memória de determinados grupos "à margem" da sociedade. No âmbito das

bibliotecas, arquivos e museus, convencionou-se preservar a memória criada coletivamente por uma comunidade, sendo tidos como lugares de memória geridos pelas políticas e diretrizes estatais (NORA, 1993). Tais lugares de memória podem representar, pois, espaços que permitem visibilizar identidades culturais e étnico-raciais plurais que confrontam a história hegemônica e ressignificam as narrativas sobre o passado. Para a concretização, em especial, da identidade afro-brasileira e africana em unidades de informação e espaços de memória como bibliotecas, museus e arquivos, torna-se de essencial importância considerar propostas epistemológicas, literárias e artísticas anticoloniais.

A expansão europeia do século XVI teve o colonialismo como forma central de dominação de territórios em África e Américas, sendo as relações de produção e acumulação primitiva de riquezas, alguns dos processos históricos engendrados nesse contexto (FERREIRA, 2014). Tornou-se possível, sobretudo devido ao modelo colonial, o desenvolvimento do modo de produção capitalista que por sua vez estendeu as relações coloniais sobre o espaço e as formas sociais, tendo seus resquícios até a atualidade. No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2020) fala sobre a maneira como o racismo e violências de gênero vivenciados ainda atualmente trazem marcas profundas do período colonial, seja em modos de tratamento formais direcionados às pessoas negras e mulheres, seja no lugar em que estes situam-se estruturalmente na sociedade, sendo culturalmente subjugados e relegados a vulnerabilidades socioeconômicas. Mesmo sendo o Brasil um país cuja maioria da população é negra (PINTO; FERREIRA, 2014), o olhar que visa atender a tais comunidades, tanto por parte de políticas públicas, quanto no imaginário nacional constituído pelas elites, enxerga o sujeito negro de forma estereotipada, que devido ao mito da democracia racial, corrobora com a desumanização de sua existência.

Ainda sobre a onipresença do colonialismo na história moderna e contemporânea, torna-se por vezes difícil trazer a sua devida problematização. Nota-se em diversas concepções e contextos certa naturalização do processo colonial no campo literário, ideológico e científico. A reflexão crítica sobre o colonialismo tem início de forma sistemática nas Ciências Sociais contemporâneas com as lutas revolucionárias e anticoloniais em emergência (FERREIRA, 2014). Pensar, portanto, a biblioteca e outros espaços informacionais e de memória, como sendo ambientes em que o olhar colonial ainda se faz presente, é, pois, o impulso para reflexões e práticas que se atentem ao anticolonialismo.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. As discussões aqui feitas foram embasadas por leituras de artigos e livros próprios de estudos Sociais e Culturais. Além disso, quanto à temática de desenvolvimento de coleções e acervos, foram consultados trabalhos da área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e da História. Para tanto, buscou-se referências publicadas nessas áreas nas últimas três décadas, período que os/as autores/as consideram ter havido avanços significativos quanto à temática. Excepcionalmente quanto ao recorte de período, levou-se em conta leituras voltadas aos estudos de classe, a partir de Marx e Engels (2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história dos locais de preservação de memória remonta a própria história dos registros humanos. Ao passo que a humanidade se desenvolveu e caminhou pelo planeta, materiais de diversas origens e usos foram criados e quando não mais necessários descartados ou guardados em lugares especiais para isso, deixando assim registros de por onde a humanidade passou e o que ela fez. Um desses lugares é a biblioteca.

A Biblioteca, como instituição, teve historicamente forte ligação com a produção textual local. Curiosamente, seu termo nomeador deriva da ideia de ser um "baú de livros", de onde depreendemos sua importância ancestral na guarda e conservação dos mesmos. Das mais antigas às contemporâneas, bibliotecas sempre celebraram a leitura e o saber. A mais famosa biblioteca antiga talvez seja a de

Alexandria, no Egito, tida como um dos mais importantes acervos da história antiga. Essa biblioteca foi fundada por comandantes gregos num estado egípcio, cuja missão era introduzir a guarda e a preservação de todos os livros do mundo conhecido pelos gregos à época.

Missão até hoje percorrida por projetos e programas de preservação da memória como a *World Digital Library*⁴, trabalho realizado desde 2009 pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, e coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em que livros e outras obras e materiais de todo o mundo são disponibilizados em acesso aberto via internet.

Diferentemente do que acontece com o projeto da UNESCO, Alexandria não se tratava de um acervo mundial feito por entender que era preciso preservar a memória dos povos, disponível, sobretudo, em materiais bibliográficos. Alexandria, na verdade, foi alimentada continuamente com materiais conquistados nas batalhas vitoriosas travadas pelo Imperador grego Alexandre, O Grande.

Ainda que não se tratasse de um processo colonizador, tal como se constituiu na história moderna, devido ao contexto histórico específico, Alexandre promovia um desenvolvimento de coleção que se assemelhava com o que se vê e discute hoje acerca de peças africanas ou latino-americanas residentes em museus europeus. A salvaguarda desses itens, tanto na antiguidade, quanto atualmente, é fruto de um complexo processo de dominação econômica e cultural, próprio da luta de classes apontada por Marx e Engels (2008).

A biblioteca, então, é tida como um espaço que se relaciona com aqueles próximos dela, e não alienada à estrutura social que rege e predomina os circuitos de qualquer ordem política, cultural, ou social, como muitas vezes é dada à ela esta posição, e aos seus profissionais. O profissional bibliotecário, portanto, como organizador do espaço da biblioteca também não pode ser reduzido a um mero “organizador sem viés”. Organizar simbólica e fisicamente quaisquer materiais de conhecimento pressupõe ter posições para tratá-los. Pois, senão, como há de se organizar aquilo que não se tem posicionamento sobre? O que, obviamente, não quer dizer destratar e ignorar certas produções em detrimento de outras. Defende-se, na verdade que, se a biblioteca é um espaço de memória, portanto coletiva, todos corpos e seres devem estar nela, a partir dos pressupostos de igualdade, expostos em documentos como o Manifesto das Bibliotecas Públicas da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (1994).

Nesse sentido, comunidades negras encontram-se à margem das narrativas epistêmicas e culturais dominantes em variados contextos, nas bibliotecas e práticas biblioteconômicas, saberes e assuntos referentes a comunidades afro-brasileiras e africanas encontram-se por vezes sub-representados, recebendo pouca visibilidade e engajamento em aplicações de recuperação informal (SANTOS; COSTA; BARROS; VITAL, 2020).

Observa-se que o uso de Tesouros, cujo domínio terminológico com recorte étnico-racial é escasso no Brasil, o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais afro-brasileiras não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental pode sinalizar uma causa de tal escassez (SANTOS, 2018). Pensar o uso da normalização terminológica dos Tesouros, úteis para a análise, síntese e recuperação de conteúdos de documentos (CINTRA et. al., 1996), é fazer uso de um dos muitos recursos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia com o intuito de disseminar e recuperar a informação étnico-racial existente, em especial, referente à história e cultura afro-brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a população negra aparece nos índices de desigualdade em lugares de maior vulnerabilidade e falta de assistência social, sendo uma questão de profundo impacto no tecido sociocultural, pois cor ou raça são relacionados ao processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do país, como falado na primeira sessão deste

⁴ "Biblioteca Digital Mundial", em tradução livre.

ensaio. Como consequência dos rumos desse processo, têm-se níveis de vulnerabilidades econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena.

A desigualdade racial apresenta-se em ambientes e contextos diversos na sociedade brasileira. No âmbito da memória e história, sujeitos sociais e comunidades, ao terem suas vivências registradas, conquistam avanços no processo de alteridade étnica, cultural e em sua cidadania. Pois é a partir dos registros que podem saber sobre suas origens, e se entenderem enquanto sujeitos dentro de suas comunidades.

Considerando a desigualdade racial que afeta a população negra no Brasil, cabe ao campo da Biblioteconomia, a partir dos instrumentos teóricos e práticos que a área dispõe, conscientização e reflexões profundas a respeito de recursos e ações antirracistas e anticoloniais a serem desenvolvidas nos ambientes informacionais. Aqui é trazido um olhar para a epistemologia anticolonial, sendo necessária na composição de acervos, organização e mediação da informação em bibliotecas.

Estudos desenvolvidos pelo Coletivo Nacional de Bibliotecárias e Bibliotecários Negros (CNBN) atentam para a episteme anticolonial dentro da Ciência da Informação e suas nuances, bem como apontam para vias metodológicas anticoloniais e democráticas transformadoras na área. Portanto, conduzir metodologias e práticas biblioteconômicas, que permitam a alteridade, visibilidade e valorização da cultura e epistemologia de comunidades negras no Brasil, marca, sobretudo, a tomada de consciência sobre a importância e contribuição afro-brasileira e africana, trazendo a devida inserção e cidadania de tais sujeitos no contexto nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento de coleções. População negra. Representatividade negra. Racismo. Antirracismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

CINTRA, Anna Maria Marques. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, Ieda Maria (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996. p. 17-22. (Cadernos de Terminologia, 1). Disponível em: <https://filologiauefs.files.wordpress.com/2018/03/barbosa--m-aparecida-dicionario-vocabulario-glossario.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Manifesto da biblioteca pública**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, 2014, v. 29, n. 1, p. 255-288. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/LMbR7mNnPDm7CXV5L59MkFR/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatino Americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais** vol.9 no.2 São João del-Rei dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011. Acesso em: 29 de jul. de 2021.

SANTOS, A. D.; COSTA, A.; BARROS, C. M.; VITAL, L. P. Representação terminológica da população negra em tesouros. **Informação & Informação**, v. 25, n. 1, p. 254-275, 2020. DOI: [10.5433/1981-8920.2020v25n1p254](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n1p254). Acesso em: 29 jul. 2021.